

O ENTENDIMENTO POSSÍVEL: AÇÃO COMUNICATIVA E JUSTIFICAÇÃO RECÍPROCA EM HABERMAS¹

THE POSSIBLE UNDERSTANDING: COMMUNICATIVE ACTION AND RECIPROCAL JUSTIFICATION IN HABERMAS

Ângela Cristina Salgueiro MARQUES*

 <https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>
(UFMG)

Recebido em 01/11/2021. Aceito em 18/1/2022.

Resumo: Na concepção de Habermas o agir comunicativo está fundado na ampliação dos horizontes éticos individuais tendo em vista a consideração de questões que dizem respeito ao que é bom para todos. De modo a revelar como, por meio da interação discursiva, os indivíduos poderiam chegar a um entendimento acerca de seus interesses e necessidades, ele procurou evidenciar como o uso racional e pragmático da linguagem é capaz de promover o entendimento mútuo e um acordo provisório entre os participantes de discussões na esfera pública. Este artigo destaca a importância da linguagem na teoria habermasiana a partir de uma reflexão acerca dos elementos que estruturam o jogo discursivo no qual os interlocutores devem escutar uns aos outros, justificando suas posições reciprocamente, em meio ao conflito de opiniões e ao anseio por reconhecimento.

Palavras-chave: ação comunicativa, discurso prático, justificação recíproca, Jürgen Habermas.

Abstract: In Habermas' conception, the communicative action is based on the expansion of individual ethical horizons, considering the consideration of issues that concern what is good for everyone. In order to reveal how, through discursive interaction, individuals could reach an understanding of their interests and needs, he sought to show how the rational and pragmatic use of language is able to promote mutual understanding and a provisional agreement between participants in discussions in the public sphere. This article highlights the importance of language in Habermasian theory from a reflection on the elements that structure the discursive game in which interlocutors must listen to each other, justifying their positions reciprocally, amidst the conflict of opinions and the desire for recognition.

Keywords: communicative action, practical discourse, reciprocal justification, Jürgen Habermas.

¹ Este trabalho contou com o apoio do CNPq e da FAPEMIG.

* Doutorado em Comunicação Social na UFMEG

Introdução

O contexto das interações, encontros e diálogos da vida cotidiana forma uma rede de relações intersubjetivas na qual os indivíduos buscam se situar. Na medida que se comunicam com os outros em contextos sociais que se estruturam em um tempo e um espaço específicos, tais indivíduos começam a traçar não só sua posição (em relação à posição dos outros) na rede comunicativa, mas também anseiam que sua história de vida, suas necessidades, interesses e desejos sejam compreendidos e reconhecidos pelos outros parceiros da interação.

Este trabalho retoma alguns aspectos do pensamento de Jürgen Habermas acerca de como processos argumentativos e discursivos definidos pelos indivíduos em interação transformam, através do uso racional da linguagem, sentimentos e desejos em intenções que podem gerar expectativas quanto ao comportamento normativo dos parceiros de diálogo. Na perspectiva pragmática, o desejo e os interesses subjetivos dos indivíduos não podem ser suprimidos das interações comunicativas cotidianas. Ao lado deles se colocam os objetivos que almejam alcançar a verdade do estado de coisas no mundo, e também os objetivos que visam legitimar e reconhecer as normas que regem as interações sociais.

Ainda que, à primeira vista, tenhamos a tendência de acreditar que interesses subjetivos são expressões meramente egoístas, o processo de justificação recíproca, acreditava Habermas (1987, 1998), tem o potencial de mostrar que a ação comunicativa não se restringe à busca do próprio sucesso na interação. As necessidades e demandas individuais motivam os indivíduos a expressarem aos outros, através da linguagem, suas intenções ao realizarem certos proferimentos. Equilibrar eticamente os anseios subjetivos e coletivos é um dos gestos condutores do pensamento pragmático de Habermas, sobretudo quando sua concepção de sujeito político está ligada ao processo da produção e troca de justificações através das quais são formulados e negociados os princípios para conduzir uma vida “humana digna” entre os seus semelhantes.

O pensamento habermasiano investe na crença de que somos capazes de existir e de nos orientarmos no espaço social concebido como espaço de razões e práticas de justificação recíproca. Sob esse aspecto, a racionalidade não se opõe à emoção, mas refere-se ao modo como justificamos discursivamente nossas ações, interesses e comportamentos. Existe, segundo Habermas (1991), uma ética que orienta nossos engajamentos em discursos práticos, ou seja, um conjunto de normas que guiam os interlocutores e são por eles remodeladas em seu exercício cotidiano de busca pela justiça, pela autonomia relacional e pelo reconhecimento. Existir dignamente no espaço discursivo requer um trabalho relacional e paritário de justificação e de elaboração de razões moralmente convincentes.

Não há uma negligência da parte de Habermas (1982) em tematizar as assimetrias e desigualdades de poder: ele revela como tais assimetrias promovem danos às identidades e ao processo interacional que garante justiça à coexistência em uma sociedade. Contudo, seu maior foco de interesse gira em torno da produção de uma razão democrática compreendida como práxis de justificação na qual as pessoas estão submetidas a determinadas normas ou instituições. Segundo ele, a ordem normativa tem a necessidade de constante validação através da troca argumentativa. A dimensão utópica e universalista de seu pensamento prevê que a justiça será alcançada quando cada indivíduo for percebido como capaz de justificação própria e de estar em uma posição igual à dos outros em relação àquilo que considera como justo e

bom. Os princípios normativos não são uma camisa de força, mas uma estrutura básica e ética para a condução dos debates coletivos e para a elaboração conjunta de espaços de coexistência.

Sob esse aspecto, Habermas destaca a dimensão crítica das relações de justificação, uma vez que elas evidenciam formas de exclusão, privilégios e dominação arbitrária. É no processo de construção do discurso prático que falsas justificativas ou justificativas ideológicas de relações sociais assimétricas são questionadas em seus fundamentos. Se considerarmos que o poder é a expressão de um vínculo por razões, ele depende do reconhecimento de uma razão como publicamente válida para sua aceitação. Por isso, “ter poder significa usar, influenciar, determinar, ocupar e bloquear o espaço de razões e justificações dos outros” (FORST, 2018, p.26). A noção de poder em Habermas é definida em um espaço comunicativo, mas isso não significa dizer que um poder existente seja bem fundamentado. Como destaca Forst (2018, p.27), o poder “é sempre de natureza discursiva, e a luta pelo poder é a luta pela possibilidade de estruturar ou dominar o repertório de justificações do outro.” Dialogando com Habermas, esse autor afirma que uma análise do poder precisa explorar o espaço discursivo como um espaço de justificações que são avaliadas como mais ou menos adequadas quando são considerados os interesses em disputa. A ação comunicativa é também vital para a emancipação política e para a dignidade dos sujeitos: a dignidade refere-se aqui à maneira como cada um alcança as ferramentas necessárias para, em uma dada situação, autodeterminar-se em sintonia com suas experiências singulares e coletivas.

Diante dessas considerações iniciais, o objetivo deste texto é mostrar como a ação comunicativa conduz uma práxis discursiva como forma reflexiva de argumentação pautada pela motivação trazida pela história de vida particular dos indivíduos. O discurso prático contribui para que questões morais que afetam toda uma sociedade se articulem de modo a unificar e publicizar a discussão de normas e regras que conduzem nossa interpretação e representação do outro nas interações sociais. Quando normas, valores e leis são postos em questão numa determinada sociedade (situada no tempo e no espaço), as relações intersubjetivas sofrem abalos em seu equilíbrio. Isso implica em alterações na forma com que interpretamos e reconhecemos as necessidades dos outros.

Como Habermas mesmo afirma, “ainda que conduzida por meios discursivos, uma disputa sobre normas ainda está enraizada em uma luta por reconhecimento”² (1995, p.103). Assim, o discurso prático não é um procedimento para justificar e adotar normas propostas, mas um processo responsável por testar a validade das normas que estão sendo propostas e consideradas para adoção. Tendo em vista tais considerações, podemos dizer que as leis e normas nunca se encontram prontas para serem adotadas por sujeitos em práticas monológicas. Os indivíduos, no processo de mútua cooperação e entendimento, buscam negociar sentidos, interpretar pontos de vista, questionar o conteúdo das normas propostas, até que um entendimento parcial seja atingido pela força do melhor argumento. E tal consenso não está livre de futuras revisões e contestações.

Nesse sentido, parto da premissa de que o discurso é uma forma relevante de se mostrar que a renovação do vínculo social e normativo que mantemos uns com os outros nas interações cotidianas é de crucial importância não só para o fortalecimento dos mecanismos de validação

²Do original: “even if it is conducted with discursive means, a dispute about norms is still rooted in the struggle for recognition.” (Habermas, 1995, p.103).

presentes na ação comunicativa, mas também para o estabelecimento da solidariedade entre indivíduos que buscam reconhecer-se mutuamente como parceiros capazes de justificar racionalmente suas ações, falas e desejos.

Ação comunicativa: a sociedade plural em busca do entendimento possível

A importância da linguagem para Habermas não se encontra nas características semânticas que ela adquire quando toma a forma de um proferimento, ou expressão. Sua importância se revela através do uso que os atores em interação comunicativa fazem dela. A linguagem deve transformar um argumento que é subjetivo, num argumento que possa ser compreendido universalmente. Isso se justifica porque o entendimento deve ser alcançado em meio a uma pluralidade de indivíduos que desejam coordenar suas ações e planos de modo a definir, mutuamente, seu contexto de interação. A negociação comum da situação atual na qual se encontram os parceiros da interação, exige que estes últimos exponham seus pontos de vista ou posições para que possam ser aceitos ou contestados. A forma cooperativa em que se processa a busca pelo entendimento recíproco indica que há um esforço mútuo em tornar claro o que cada participante almeja. Mas, os planos iniciais de um ator social sofrem, na maioria das vezes, modificações ao longo do processo dialógico, devido às próprias contingências presentes nas interações que envolvem o “eu” e o “outro” (HABERMAS, 1991, p.217). Assim, quando alguém se encontra com um outro e busca, junto com este outro, negociar um entendimento sobre algo no mundo, duas coisas se fazem imediatamente necessárias: a) o uso da linguagem de modo que ambos se entendam com clareza (o conteúdo do proferimento deve acessível, bem como os significados atribuídos às sentenças), b) a criação de uma relação intersubjetiva com um ou mais indivíduos capazes de tomarem uma posição crítica frente à fala alheia.

Para Habermas, a figura básica da teoria da ação comunicativa apresenta um caráter cognitivo (podemos repetir os atos que obtiveram sucesso, pois aprendemos com eles) e pode ser sintetizada na seguinte frase: “subjects capable of speech and action reaching understanding about something in the world.” (1991, p.218) A fim de melhor entendermos o argumento de Habermas, proponho a seguinte divisão de conceitos: *a) sujeitos capazes de fala e ação; b) alcançar o entendimento; c) algo no mundo.*

Em relação a (a): a capacidade de falar e agir faz com que os sujeitos possam construir a rede de interações intersubjetivas que os conecta num contexto histórico-social situado no tempo e no espaço. Entre ‘eu’ e o ‘outro’ se abre um espaço que é ocupado por certezas e intuições que são pré-reflexivas. Quando desejam se referir a algo no mundo (objetos ou estados de coisas) os parceiros comunicativos se servem dessas certezas e intuições (conhecimento de fundo) para que possam ser entendidos reciprocamente. Deste modo, a interação entre parceiros comunicativos instaura um espaço social para que o mundo da vida, habitado em comum, possa emergir (como pano de fundo que assegura a possibilidade do contato) no curso do diálogo.

Interessa-nos destacar aqui três importantes funções que Habermas atribui ao mundo da vida. A primeira diz respeito à capacidade do mundo da vida de prover os indivíduos de um horizonte para suas interações comunicativas. A segunda função é a de ser um reservatório

comum de recursos interpretativos para que os atores possam tornar claros seus proferimentos acerca de algo no mundo. E a terceira função esclarece a ligação entre o mundo da vida e a ação comunicativa, isto é, de acordo com Habermas, o mundo da vida só pode se reproduzir através de ações comunicativas em constante andamento. Ao mesmo tempo, o mundo da vida protege a ação comunicativa contra os riscos de desentendimento entre os agentes. Envolvidos na ação comunicativa, os atores sociais vêem surgir às suas costas o mundo da vida. Situados então, num contexto de fundo que engloba tradições e modelos de interpretação intersubjetivamente reconhecidos, os atores atualizam valores simbólicos, estabelecem laços de pertencimento e solidariedade e afirmam suas identidades.

O mundo da vida como um todo aparece apenas quando nós, por assim dizer, ficamos atrás das costas do ator e vemos a ação comunicativa como um elemento de um processo circular no qual o ator não aparece mais como aquele que inicia a interação, mas como o produto das tradições em que se insere, dos grupos de solidariedade a que pertence, dos processos de socialização e aprendizagem a que é submetido (HABERMAS, 1998, p.246)³.

Sujeitos capazes de fala e ação usam a linguagem e o conhecimento intuitivo de como proceder em determinadas situações (adquirido no processo de socialização, desde criança) de forma racional para que possam chegar ao entendimento, intersubjetivamente, sobre algo no mundo. A racionalidade dos atores (adquirida intersubjetivamente), portanto, está menos ligada à posse de conhecimento do que ao uso que os atores fazem dele. É essa racionalidade “inerente” que Habermas deseja apontar como uma racionalidade que nos acompanha na prática comunicativa cotidiana. Assim, quem faz uso da linguagem natural para chegar ao consenso deve adotar uma atitude performativa e se comprometer com certas pressuposições que o tornam um ator dotado de racionalidade. No primeiro volume da *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas (1984) enumera algumas características que o sujeito deve apresentar, nos contextos interativos, a fim de ser chamado de ‘sujeito racional’. São elas 1) estar apto a fazer uma asserção; 2) quando sua asserção for submetida a críticas, o ator deve encontrar justificativas pontuando-as com evidências apropriadas; 3) justificar sua ação à luz de expectativas legítimas, as quais seguem normas estabelecidas, ou seja, o ator deve justificar suas ações com referência a contextos normativos existentes; 4) expressar sentimentos, desejos, intenções e poder responder às críticas tendo sempre em vista as conseqüências práticas dos atos, e, paralelamente, o sujeito deve se comportar de forma consistente depois (agir de forma reflexiva com relação à sua subjetividade, i.e., objetivar seus desejos); 5) aprender com os erros; 6) estar pronto para buscar o entendimento e reagir aos distúrbios que aparecem no processo comunicativo de forma reflexiva.⁴

Quando os atores estão socialmente integrados e sua motivação para a fala e a ação é racional, ou seja, baseada na disputa entre argumentos e em processos não coercitivos de entendimento, isso lhes permite uma postura reflexiva com relação à linguagem e ao outro.

³ Do original: “The lifeworld as a whole comes into view only when we, as it were, stand behind the back of the actor and view communicative action as an element of a circular process in which the actor no longer appears as the initiator but rather than as the product of the traditions within which she is situated, of solidarity groups to which she belongs, of socialization and learning processes to which she is subjected”(HABERMAS, 1998, p.246).

⁴ Podemos perceber que os itens 2, 3 e 4, referem-se, respectivamente, às seguintes demandas de validade: verdade, correção e veracidade.

Habermas identifica um movimento reflexivo dos atores em interação quando afirma que a atividade de providenciar razões que sustentem os argumentos, move os participantes a “não só adotar a perspectiva do outro, mas a buscar posições que permitam um acordo racionalmente motivado” (HABERMAS, 1996, p.35). Assim, numa interação comunicativa, o falante, ao fazer referência a algo que é de natureza factual, normativa ou subjetiva, procura sempre relativizar sua posição em vista da possibilidade de ter seus argumentos contestados. A relação entre falante e ouvinte é, portanto, mediada pela necessidade de reconhecimento intersubjetivo das demandas de validade universais⁵ atreladas ao ato de fala de cada um dos dois, e também pela expectativa recíproca de que ambos os parceiros da interação cumpram as “obrigações” racionais que lhe são devidas (COOKE, 1994). O falante tem que lidar com a “obrigação”, ou compromisso de sustentar sua demanda com razões caso seja questionada pelo ouvinte. Já o ouvinte se encontra “obrigado” a aceitar as razões oferecidas pelo falante a não ser que ele encontre bons motivos para não fazer isso. Nesse sentido, os objetivos de cada ator só podem ser alcançados de maneira cooperativa. Habermas (1998) ainda aponta outros sentidos de reflexividade presentes na ação comunicativa. O processo argumentativo, por exemplo, comporta a reflexividade porque é aberto e crítico. O próprio entendimento da situação buscado pelos atores se mostra como um resultado reflexivo de um processo crítico e aberto de interpretação. Já a relação reflexiva com o mundo se expressa quando os atores tomam a posição de “sim” ou “não” diante das demandas de validade contidas no proferimento do falante: “uma relação reflexiva com o mundo se apresenta quando os participantes em comunicação oferecem demandas de validade que podem ser reciprocamente aceitas ou negadas”⁶(COOKE, 1994, p.11).

Em relação a (b): O grande objetivo da ação comunicativa é alcançar o mútuo entendimento. Para isso, o primeiro passo a ser dado é definir coletivamente a situação de ação. Isso se consegue através do uso da linguagem e dos recursos interpretativos fornecidos pelo mundo da vida, que serão utilizados para coordenar as ações em direção ao processo de formação de consenso entre os participantes da interação. O consenso só poderá ser alcançado se os indivíduos em interação, livres de quaisquer constrangimentos, se encontrarem numa posição de autonomia para decidir se vão responder “sim” ou “não” à demanda de validade implicada na sentença proferida pelo falante. Deste modo, argumentos são dados e questionados, há um constante avanço e recuo de posições, e o consenso se produz em meio à uma negociação de significados e sentidos ininterrupta entre os parceiros. Entretanto, “consenso” não significa que todos os participantes compartilham da mesma opinião. Como cada parceiro deve observar e considerar o posicionamento alheio, seus planos de ação sofrem adaptações de modo a evitarem o questionamento e as objeções dos outros. Habermas (1984, p.31) descreve da seguinte forma o processo recíproco de busca pelo entendimento: “tentamos apoiar uma reivindicação de validade com bons fundamentos ou razões; a qualidade das razões e sua relevância podem ser questionadas por nosso interlocutores; enfrentamos objeções e, em alguns casos, somos forçados a modificar nossa posição original”⁷.

⁵ As demandas de validade são três: a) verdade (quando o ato de fala se refere a algo que existe no mundo objetivo); b) correção (quando o ato de fala dirige-se a normas que sustentam as relações sociais) e c) veracidade (quando o ato de fala expressa algo que é de domínio subjetivo, ao qual o sujeito tem acesso privilegiado).

⁶ Do original: “a reflective relation to the world is present when participants in communication raise validity claims that can be reciprocally accepted or denied” (COOKE, 1994, p.11).

⁷ Do original: “We try to support a claim with good grounds or reasons; the quality of the reasons and their relevance can be called into question by the other side; we meet objections and are in some cases forced to modify our original position.” (HABERMAS, 1984, p.31).

Tendo em vista a pluralidade de atores que buscam coordenar suas ações visando alcançar o entendimento, a ação comunicativa admite que haja discordâncias, disputas entre pontos de vista diferenciados, pois só isso garante a liberdade de escolha dos sujeitos. A opção de negar a demanda de validade sustentada pelo proferimento de alguém, assegura aos participantes a possibilidade de direcionar suas ações sem estar sob a mira de pressões externas (HABERMAS, 1991).

Quando em interação comunicativa, os sujeitos orientam suas falas e ações para demandas de validade. Sendo assim, o mútuo entendimento se dá quando os atores se esclarecem reciprocamente a respeito da validade que desejam obter de seus parceiros, para seus proferimentos. A busca pelo entendimento mútuo é tida por Habermas (1987, 1991) como o mecanismo criativo de socialização, de coordenação da ação e interação social, e também para a continuação e renovação das tradições culturais. Tais processos (socialização, interação social e renovação das tradições) são os responsáveis pela reprodução do mundo da vida, que é composto de três estruturas: subjetiva (pessoa), social (sociedade) e objetiva (cultura).

Podemos então perceber que, para Habermas (1987), o meio ideal para a reprodução do mundo da vida é a ação comunicativa (e não a ação estratégica, por exemplo), uma vez que é através da busca pelo entendimento que os indivíduos são, ao mesmo tempo, socializados e individualizados. Enquanto atuam no mundo de forma intersubjetiva, os indivíduos se constituem como atores sociais que buscam reforçar seus laços de solidariedade e pertencimento a um grupo, ao mesmo tempo em que buscam o reconhecimento de seu status pessoal de parceiros responsáveis e autônomos. Segundo Habermas (1992), a autonomia está ligada à capacidade que os atores desenvolvem (em interação) de saber providenciar razões que são próprias, pois cada indivíduo é único e insubstituível nas relações das quais participa. Quando envolvidos em questões de ordem moral, por exemplo, os atores buscam “objetivar” seus desejos e necessidades de modo que possam “contribuir para a produção de um entendimento coletivo sobre interesses que dizem respeito a todos os parceiros em interação.” (HABERMAS, 1991, p.120). Portanto, os parceiros em interação se supõem como parceiros responsáveis, capazes de sustentar seus pontos de vista (quando contestados) através de uma argumentação ou discurso que pode ser verificado e posto à prova através das demandas de validade contidas em cada ato de fala (KOHN, 2000).

Em relação a (c): Ao performar um dos três atos de fala (constativos, regulativos ou expressivos) os atores adequam seus proferimentos ao domínio dos fatos, das normas e das experiências. O ator pode referir-se a um destes três domínios em particular, como também pode referir-se aos três ao mesmo tempo. Habermas (1987) ressalta o fato de que nossos proferimentos carregam sempre referências aos três mundos, mesmo se enfatizamos uma determinada dimensão de validade em detrimento das outras. É preciso então, que apresentemos os três mundos aos quais se refere Habermas: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. Para ele, um dos avanços da racionalidade nas sociedades modernas se mostra através da capacidade que os indivíduos desenvolveram para distinguir entre estes três mundos. A cada um destes três mundos está associada uma demanda de validade, de modo que ao invés de considerá-los como “mundos”, podemos também entendê-los como “dimensões de validade” (McCARTHY, 1992). Ressaltamos ainda que o mundo da vida perpassa os três mundos acima descritos, uma vez que deve prover recursos simbólicos e modelos de interpretação para o processo do mútuo entendimento.

Habermas (1991) mostra o potencial de racionalidade contida na fala cotidiana e nas relações intersubjetivas, evidenciando que as pessoas sempre se orientam em direção à busca de fundamentação para seus proferimentos e crenças. Mesmo diferenciando a comunicação cotidiana fluida do discurso orientado por razões, Habermas acredita que ao se voltarem para demandas de validade, os indivíduos buscam sustentar seus argumentos de forma cooperativa, ou seja, buscam reconhecer a demanda de validade implícita na fala alheia. Este reconhecimento se dá através de um processo no qual a interpretação da fala do outro tem grande importância. Essa interpretação não se resume meramente ao reconhecimento do conteúdo lingüístico da expressão, mas, sobretudo a “saber como alguém está usando uma expressão para alcançar um entendimento com outras pessoas a respeito de alguma coisa.” (HABERMAS, 1991, p.238). As interpretações que cada ator providencia para o esclarecimento recíproco da situação e das intenções de todos têm a função de coordenar as ações para a criação de um consenso. Em suma, a racionalidade contida nas demandas de validade está ligada ao reconhecimento intersubjetivo das mesmas, o que envolve, sobretudo, o processo de justificação das demandas de validade contidas nos atos de fala que visa ao consenso (no qual todos os participantes da interação têm iguais chances de realizar seus próprios planos). Para Habermas (1991, 1982), nossas ações cotidianas são coordenadas por esse processo ideal. Mesmo que as demandas de validade não sejam explicitadas, fazemos uso dos mecanismos da argumentação para tornar claros nossos pontos de vista, nossos modos de viver e o modo como realizamos nossas escolhas. A partir do momento em que os agentes se encontram em interação, eles se esforçam para definir o contexto em que suas interações se darão.

É porque os parceiros da interação possuem inevitavelmente uma pré-compreensão da situação que eles podem coordenar as expectativas recíprocas e construir, de maneira coordenada, o desenrolar da ação. É a inclusão recíproca em certas categorias, congruentes com a situação, que permite aos parceiros ir delimitando mutuamente a margem das escolhas possíveis, e definindo o curso da fala e da conduta (MAIA, 2002, p.121).

No ato comunicativo, o plano que o falante traça no início da interação e as ações subsequentes do ouvinte está à mercê das mudanças traçadas ao longo do processo interativo. E Habermas (1982) enfatiza que na tentativa de alcançar o entendimento, o ator não está interessado, acima de tudo, em ter seu comando aceito, mas sim em que o outro aceite a demanda de validade que o próprio ator soma ao seu proferimento.

Eu uso o termo ação comunicativa para indicar aquela forma de interação social na qual os planos de ação de diferentes atores são coordenados por meio de uma troca de atos comunicativos, ou seja, por meio de um uso da linguagem (ou expressões extra verbais correspondentes) orientado para alcançar o entendimento (HABERMAS, 1982, p.234)⁸.

⁸ Do original: “I use the term communicative action for that form of social interaction in which the plans of action of different actors are co-ordinated through an exchange of communicative acts, that is, through a use of language (or corresponding extra verbal expressions) oriented towards reaching understanding” (HABERMAS, 1982, p.234).

Em última análise, Habermas aponta as seguintes funções da ação comunicativa: a) é a única forma de alcançar o entendimento e não a mútua influência; b) coordena a ação dos atores em interação; c) estabelece relações interpessoais; d) é, por excelência, o meio de reprodução do mundo da vida compartilhado pelos participantes em comunicação.

Habermas conceitua o mundo da vida como sendo um conjunto de “tradições, embebidas em formas de vida culturais, entrelaçadas com histórias de vida individuais” (1982, p.250). Ele seria “um estoque de modelos interpretativos culturalmente transmitidos, lingüisticamente organizados e intersubjetivamente compartilhados” (1987, p.124). Ou ainda: “uma grande rocha, profundamente estabelecida e inabalável de suposições de fundo, lealdades e habilidades”⁹ (1996, p.22), que não permite que o dissenso tome conta das interações.

O mundo da vida, contudo, não é estanque, mas tem a fluidez característica das histórias de vida particulares e das identidades de grupo. Sabemos que as identidades não são fixas e não estão baseadas em características essenciais ou imutáveis dos indivíduos. Pelo contrário, elas se definem a partir do momento que me deparo com o olhar questionador do outro. Elas são múltiplas e se adaptam aos contextos relacionais, redes de significado e ações nas quais os atores sociais se inserem.

A dimensão narrativa da identidade ali e alhures pressupõe, portanto, que a ação só pode ser inteligível se reconhecermos as várias narrativas ontológicas e públicas nas quais os atores se encontram ou tramam suas existências. Mais do que por interesses, as identidades narrativas são constituídas pelo lugar temporal e espacialmente variável de uma pessoa em histórias culturalmente construídas compostas de regras (quebráveis), práticas (variáveis), instituições vinculantes (e desconexas) e os múltiplos enredos de família, nação ou vida econômica. Mais importante, no entanto, é entender que as narrativas não são incorporadas ao eu de forma direta; ao contrário, eles são mediadas por meio do enorme espectro de relações sociais e políticas que constituem nosso mundo social.¹⁰ (SOMMERS; GIBSON, 1994, p.67)

A autonomia de gerir o processo de construção relacional das identidades pode ser alcançada na rede comunicativa de relações intersubjetivas. Segundo Habermas (1991), os atores são tidos como responsáveis e autônomos se possuem a habilidade de justificar suas demandas de validade através de razões próprias. Assim, nossas posturas, pontos de vista, vocabulários, interesses, valores, modelos de representação e apreensão do mundo e dos estilos de vida que nele existem podem sofrer alterações no curso do diálogo (ou discurso).

⁹Do original: “a sprawling, deeply set, and unshakable rock of background assumptions, loyalties, and skills” (HABERMAS, 1996, p.22).

¹⁰Do original: “The narrative dimension of identity there and elsewhere, thus presumes that action can be intelligible only if we recognize the various ontological and public narratives in which actors plot or find themselves. Rather than by interests, narrative identities are constituted by a person’s temporally and spatially variable place in culturally constructed stories comprised of (breakable) rules, (variable) practices, binding (and unbinding) institutions, and the multiple plots of family, nation, or economic life. Most important, however, narratives are not incorporated into the self in any direct way; rather they are mediated through the enormous spectrum of social and political relations that constitute our social world.” (SOMMERS; GIBSON, 1994, p.67).

Quando valores culturais se alteram ou se atualizam, nossas histórias de vida também se alteram de forma concomitante. Ou seja, quando me comunico com o outro, uso e atualizo formas culturais da tradição, ao mesmo tempo em que articulo e revejo minha própria narrativa identitária para que o outro me reconheça e me entenda. Se as biografias particulares se entrelaçam com as formas culturais da tradição, ambas estão sujeitas às mudanças que se processam tanto no âmbito social e histórico, quanto no âmbito do processo de formação das identidades dos sujeitos particulares. Habermas (1991), então, aproxima três dimensões muito importantes para a dinâmica da vida social: as estruturas do mundo da vida, formas coletivas de vida (identidades de grupo) e histórias de vida individuais (identidades subjetivas). Em poucas palavras, o mundo da vida faz parte de uma rede complexa de ligações onde se intersectam tradições culturais, normas sociais identidades pessoais e coletivas.

O mundo da vida, em sua totalidade, deve ser visto como um contexto de fundo que não pode ser problematizado. O caráter inquestionável das certezas que povoam o mundo da vida deve ser mantido pois, do contrário, os participantes correm o risco de terem seus laços de solidariedade cortados, suas identidades desestruturadas e suas formas de comunicação interrompidas. Este contexto de fundo é convocado quando atores em ação comunicativa buscam um entendimento recíproco da situação (segmento relevante do mundo da vida) atual que enfrentam.¹¹ Assim, os elementos intuitivos presentes no mundo da vida não possuem o “status” de fatos, normas ou experiências que são fruto da tematização de questões feitas por atores que desejam chegar a algum entendimento sobre algo. Mas quando as certezas pré-reflexivas do mundo da vida se transformam no conteúdo semântico de um proferimento, elas se tornam sujeitas a críticas, ou seja, podem se constituir em um problema tematizado, o qual exige que os participantes se envolvam para buscar soluções conjuntamente. Em poucas palavras, o mundo da vida nunca é o tema em debate, mas provém elementos que auxiliam a demarcar a posição dos agentes, bem como os ajudam a expressar racionalmente seus pontos de vista. Só nesse sentido podemos dizer que o mundo da vida gera uma forma de conhecimento.

Quando o estado de coisas se torna parte da situação, ele pode ser conhecido e problematizado como um fato, como o conteúdo de uma norma ou de um sentimento, desejo e assim por diante. Antes de se tornar relevante para a situação, a mesma circunstância se dá apenas sob modo de algo dado como certo no mundo da vida, algo com o qual os envolvidos estão intuitivamente familiarizados, sem antecipar a possibilidade de tal conteúdo se tornar problemático¹² (HABERMAS, 1987, p.124).

De acordo com Habermas (1991), o conceito de racionalidade comunicativa não se aplica somente ao processo intencional de formação de consenso, mas também às estruturas de um estado de pré-entendimento já alcançado em um mundo da vida intersubjetivamente

¹¹ No mundo da vida não há situação completamente não-familiar. Através do uso da linguagem voltada para o entendimento recíproco, os atores buscam adequar experiências já vivenciadas com novas experiências. Esse movimento reconfigura os modelos de interpretação, expressão e valorização que norteiam as relações sociais.

¹² Do original: “When the state of affairs becomes part of the situation, it can be known and problematized as a fact, as the content of a norm or of a feeling, desire and so forth. Before it becomes relevant to the situation, the same circumstance is given only in the mode of something taken for granted in the lifeworld, something with which those involved are intuitively familiar without anticipating the possibility of its becoming problematic” (HABERMAS, 1987, p.124).

compartilhado. O mundo da vida demarca o horizonte da situação de fala e ao mesmo tempo, como um pano de fundo não problematizado e pré-reflexivo, tem um papel importante na satisfação dos objetivos de sujeitos que estão motivados a alcançar o entendimento. O mundo da vida, ao se apresentar como provedor de recursos para o mútuo entendimento da situação de interação, auxilia também a definir as razões que os participantes escolhem para justificar seus argumentos diante das críticas feitas por outros.

O modelo do ato de fala deve levar em consideração não apenas elementos familiares como enunciado, situação de ação, falante, ouvinte e posições sim/não que ele ou ela assume, mas também o pano de fundo do mundo da vida compartilhado pelo falante e pelo ouvinte, e assim o conhecimento de fundo culturalmente transmitido, pré-reflexivamente dado, intuitivamente disponível, do qual os participantes da comunicação extraem suas interpretações¹³ (HABERMAS, 1982, p.271).

Na prática comunicativa cotidiana os atores cooperativamente negociam definições da situação em que se encontram. Nesse processo de interpretação recíproca, cada ator assume uma posição entre várias num contexto simbólico que busca ancorar as falas individuais num tipo de conhecimento pré-reflexivo o qual abre caminho para que cada ator entenda o que o outro defende ao decidir tomar uma determinada posição no contexto do discurso prático. Sob esse aspecto, o discurso prático ganha um relevo diferente nas interações porque possui a função de testar quais interesses podem ser comunicativamente compartilhados e quais não podem. É justamente por lidar com questões morais que o discurso prático enfrenta os riscos presentes nas práticas comunicativas cotidianas.

O discurso prático: forma improvável de comunicação?

Através da linguagem, os indivíduos tentam alcançar o entendimento sobre algo no mundo de forma intersubjetiva. Segundo Habermas (1987), a ação comunicativa abrange muito mais do que o mero desejo de chegar ao entendimento sobre algo no mundo. Entretanto, ao buscarem o entendimento recíproco, de forma cooperativa, os atores tomam contato com a história de vida e com o mundo dos outros, ou seja, de seus parceiros de interação. Esse contato permite que os atores renovem suas tradições e modelos de entendimento e interpretação, permite ainda que desenvolvam e afirmem suas identidades pessoais e coletivas. No decorrer deste processo de comunicação intersubjetiva, as dimensões do mundo da vida são reproduzidas. Entretanto, novas situações são conectadas com condições existentes, trazendo conflitos, diferenças inegociáveis e, muitas vezes, desvalorização e depreciação dos argumentos e dos próprios interlocutores. Nesse sentido, discursos seriam uma modalidade rara num universo comunicacional e relacional geralmente marcado pelo conflito e pela razão estratégica voltada majoritariamente para o convencimento.

¹³Do original: "The model of the speech-act has to take into account not only such familiar elements as utterance, action situation, speaker, hearer and yes/no positions he or she takes, but also the background of the life-world shared by speaker and hearer, and thus the culturally transmitted, prereflexively certain, intuitively available, background knowledge from which participants in communication draw their interpretations." (HABERMAS, 1982, p.271).

Discursos são ilhas no oceano da prática, ou seja, formas improváveis de comunicação; o apelo cotidiano a pretensões de validade aponta implicitamente, no entanto, para a sua possibilidade. [...] A prática comunicativa da vida cotidiana está imersa num mar de certezas culturais tomadas como certas, isto é, de certezas consensuais.¹⁴ (HABERMAS, 1982, p.235 e 272)

Ao afirmar que os discursos são ilhas no oceano da prática que estão constantemente ameaçadas de inundação, Habermas quer nos chamar a atenção para os riscos que esta forma argumentativa impõe aos participantes de uma relação comunicativa. Segundo ele, os meios de se alcançar o entendimento através de acordos racionalmente motivados são deixados de lado para que o uso da força instrumental tome seu lugar. Na maioria das vezes, são as necessidades estratégicas e particulares que rompem o processo cooperativo de busca pelo entendimento.

Os discursos práticos assemelham-se a ilhas ameaçadas de inundação em um oceano de práticas onde o padrão de resolução consensual de conflitos não é, de forma alguma, o dominante. Os meios de se chegar a um acordo são repetidamente postos de lado pelos instrumentos de força. Assim, a ação orientada por princípios éticos deve acomodar-se a imperativos que decorrem não de princípios, mas de necessidades estratégicas¹⁵ (HABERMAS, 1995, p.103).

Quando os atores se empenham e se envolvem na prática discursiva, tornam-se comprometidos com um processo do qual não se sabe o fim, e nem tampouco os passos a serem percorridos. Os atores nunca têm a definição de suas situações de ação totalmente sob controle. Eles não controlam as possibilidades de entendimento mútuo ou conflito, nem mesmo as conseqüências e efeitos de suas ações. Muitas vezes, os desejos e necessidades pessoais fazem com que o uso de mentiras e coações torne impossível o prosseguimento da ação comunicativa. Os discursos, então, se encontram atrelados a contextos sociais particulares, e estão sujeitos às contingências e limitações impostas por fatores como tempo, espaço, disposição e sinceridade dos atores.

Habermas (1995) faz a distinção entre processos ingênuos e reflexivos de argumentação. Ao contrário das práticas ingênuas de justificação das ações e falas, nas quais as demandas de validade permanecem implícitas, o discurso se apresenta como uma forma de comunicação que, nos encontros cotidianos entre os sujeitos, necessita da explicitação das demandas de validade.

Habermas, portanto, sugere claramente que é por meio do discurso ou do argumento, e não por meio de formas “ingênuas” cotidianas, que os parceiros da ação comunicativa operam reflexivamente. É por meio do discurso ou da argumentação que os atores orientados para o entendimento buscam, explicita

¹⁴Do original: “Discourses are islands in the sea of practice, that is, improbable forms of communication; the everyday appeal to validity-claims implicitly points, however, to their possibility. [...] The communicative practice of everyday life is immersed in a sea of cultural taken-for-grantedness, that is, of consensual certainties.” (HABERMAS, 1982, p.235 e 272).

¹⁵Do original: “Practical discourses resemble islands threatened with inundation in a sea of practice where the pattern of consensual conflict resolution is by no means the dominant one. The means of reaching agreement are repeatedly thrust aside by the instruments of force. Hence action that is oriented to ethical principles has to accommodate itself to imperatives that flow not from principles but from strategic necessities” (HABERMAS, 1995, p.103).

e reflexivamente, definir o contexto, chegar a um entendimento sobre a situação dentro da qual perseguem seus planos individuais¹⁶ (JOHNSON, 1991, p.186).

Quando o processo de interpretação mútua da situação se torna explícito, os sujeitos têm que assumir uma postura reflexiva diante de seus parceiros de interação. Ou seja, os atores devem se observar mutuamente e produzir entendimentos que estarão sempre sujeitos a futuras revisões e mudanças. Se tenho em mente as expectativas do outro, posso construir meus argumentos de modo a procurar satisfazer tais expectativas e, claro, alcançar minha satisfação pessoal. Agindo nesse sentido, produzimos, através de um trabalho mental e subjetivo, tanto um auto-entendimento (nossas posições e posturas se tornam claras) quanto o entendimento mútuo da situação (consenso). Este movimento reflexivo de antecipar e buscar corresponder às expectativas alheias (sejam elas normativas, afetivas ou cognitivas) envolve vários riscos e exige responsabilidade de todos os envolvidos. No entanto, “fornecer razões para nossas posturas éticas, argumentar sobre nossas convicções morais, justificar nossas ações ou condenar as ações dos outros são todas atividades comunicativas que constituem a interação social.” (CHAMBERS, 1996, p.92).

Vimos anteriormente que na ação comunicativa os atores se revezam nos papéis de falantes e ouvintes de modo a negociar interpretações da situação em que se encontram e harmonizar seus respectivos planos da ação por meio do entendimento recíproco. O uso que cada ator faz da linguagem é direcionado tanto para a concordância como para a discordância em relação às demandas de validade conectadas com os atos de fala que surgem no curso da interação. Mas, se os atores em comunicação fazem referências a contextos do mundo da vida que não são compartilhados, se o pré-entendimento da situação, assim como o curso da ação comunicativa se vêem ameaçados pelos constantes riscos de contradição e desapontamento, contingências e críticas inerentes ao processo argumentativo, podem ocorrer situações de interrupção da comunicação. Quando as demandas de validade contidas em nossos proferimentos não condizem com o contexto reconhecido pelo outro como válido, o entendimento se torna difícil e a comunicação não pode prosseguir até que outro caminho seja descoberto. O mesmo acontece quando experiências novas interrompem os processos rotinizados de produção de consenso. Se o falante não possui a habilidade de justificar seus atos de fala diante do desafio ou crítica impostas pelos demais participantes, a atividade comunicativa sofre falhas.

Em suma, os pontos de desentendimento também devem ser observados nas interações, pois quando as certezas pré-reflexivas provenientes do mundo da vida compartilhado pelos atores não dão conta de controlar os riscos de desentendimento existentes no curso da ação comunicativa, outras providências devem ser tomadas. É quando normas reconhecidas são postas em questão que o discurso se inicia.

Entre as opções de retomar a comunicação, Habermas (1996) oferece o discurso. Ele insiste nos perigos de se entrar em um processo argumentativo cuja abertura permite que questões perturbadoras e cujos resultados são incertos. Contudo, ao optar pelo discurso, os participantes se engajam na comunicação motivados pela pressuposição de que é possível, em princípio, chegar

¹⁶ Do original: “Habermas thus clearly suggests that it is via discourse or argument rather than through everyday ‘naïve’ forms that parties to communicative action operate reflectively. It is through discourse or argument that actors oriented toward reaching understanding seek explicitly and reflectively to define the context, to reach an understanding regarding the situation, within which they pursue their individual plans” (JOHNSON, 1991, p.186).

a um consenso. O discurso “não é meramente um meio de descobrir uma validade normativa universal, mas também uma forma de criar vínculos de integração social, os quais proporcionam motivações de ordem sociológica e psicológica para a ação.” (KOHN, 2000, p.409).

O discurso prático é definido por Habermas (1982) como sendo a forma universal, formal e ideal de argumentação destinada a lidar com questões básicas de ética, não só questões que dizem respeito ao significado de declarações normativas, mas, sobretudo, questões concernentes à possibilidade de estabelecê-las. Os atores buscam no discurso prático um processo intersubjetivo de validação das normas que têm por função regular as chances que temos de ver nossas demandas satisfeitas e ainda de terem dimensões generalizáveis. No entanto, não podemos nos desfazer daquilo que somos e do que queremos para iniciar o discurso prático. “Se os atores não trouxessem consigo, e em seu discurso, suas histórias de vida individuais, suas identidades, suas necessidades e desejos, suas tradições, pertencimentos e assim por diante, o discurso prático perderia imediatamente todo o conteúdo.”¹⁷ (HABERMAS, 1982, p.255).

Quando envolvidos no discurso prático, os atores buscam transformar suas preferências, necessidades e gostos em argumentos que remetam a um conjunto de experiências observáveis, ou intenções reciprocamente esperadas. Em outras palavras, procuram tornar o que é particular em algo público e reconhecido por todos. Isso porque quando nos engajamos na prática discursiva, acreditamos que nossas posições morais possam estar corretas e que podemos demonstrá-las e sustentá-las. Habermas acredita que por trás dos proferimentos morais, existem motivos racionais. Como sugere Simone Chambers (1996), nossas interações simbólicas se processam de forma que estejamos sempre envolvidos na renegociação constante das justificativas e normas que sustentam nossas ações. Paralelamente, devemos estar envolvidos numa revisão contínua e reinterpretção dos desejos e necessidades, pois o discurso prático não se refere à descoberta de nossos verdadeiros interesses, mas é um procedimento que revela como se dá a interpretação coletiva de nossos mais importantes interesses.

[...] interesses e necessidades são entendidos como social e culturalmente constituídos. Não adquirimos nossas necessidades e interesses isoladamente, nem tampouco eles permanecem estáticos ao longo da vida. Nosso eu interior (quem somos e o que queremos) é moldado por meio dos relacionamentos comunicativos que estabelecemos. O discurso prático racionaliza esse processo pedindo aos participantes que reflitam e avaliem suas necessidades e interesses racionalmente, do ponto de vista de sua generalização. A maioria de nossas necessidades e interesses não são generalizáveis, mas alguns deles são, e o discurso prático pede aos participantes que busquem tais pontos em comum para servir de fundamento para normas legítimas¹⁸ (CHAMBERS, 1996, p.103).

¹⁷Do original: “If the actors do not bring with them, and into their discourse, their individual life-stories, their identities, their needs and wants, their traditions, memberships, and so forth, practical discourse would at once be robbed of all content.” (HABERMAS, 1982, p.255).

¹⁸Do original: “[...] interests and needs are understood to be socially and culturally constituted. We do not acquire our needs and interests in isolation, nor do they stay static over a lifetime. Our inner selves (who we are and what we want) are shaped through the communicative relationships we enter into. Practical discourse rationalizes this process by asking participants to reflect upon and evaluate their needs and interests rationally from the point of view of their generalizability. Most of our needs and interests are not generalizable, but some of them are, and practical discourse asks participants to search for such points of commonality to serve the foundations for legitimate norms” (CHAMBERS, 1996, p.103).

O discurso prático busca, então, relacionar os interesses individuais e coletivos, para que as normas sejam reconhecidas e justificadas de modo a alcançar ampla satisfação diante da discussão pública de normas que regem a interação social. Gostaria de destacar que uma norma de ação só tem validade se todos aqueles que possam ser afetados por ela tiverem, garantida, sua participação no processo discursivo responsável por sua legitimação e posterior adoção. Como os parceiros de interação buscam convencer um ao outro pela força do melhor argumento, todo argumento é tido como relevante, portanto, nenhum deve ser suprimido. O esforço empenhado no discurso prático, não pode, portanto, ser monológico, mas requer o estabelecimento de um diálogo entre uma pluralidade de participantes (COOKE, 1994).

Os participantes do discurso prático devem reconhecer e respeitar seus parceiros de interação como sujeitos autônomos dotados de responsabilidade e autonomia política. Assim, através do discurso prático os atores podem testar se uma norma de ação (que expressa um interesse geral) pode ser imparcialmente justificada e validada de maneira reflexiva. Ao ouvir os outros, responder às dúvidas que eles nos impõem e justificar nossas escolhas estamos exercitando nossa capacidade de articular nossas falas e ações com referência aos posicionamentos e interferências alheias. Deste modo, consideramos a perspectiva do outro e, muitas vezes, mudamos nossas opiniões em função de nossa habilidade de nos reportarmos ao lugar ou posição que este outro ocupa na interação comunicativa. Ao considerarmos a posição do outro para entender e articular nossa própria posição na atividade comunicativa estamos, reflexivamente, formulando nossas identidades. Quando escolhemos a melhor forma de agir e nos expressar, dentre várias formas existentes e normatizadas, buscamos obter a aprovação e o reconhecimento do outro.

A identidade gira em torno dos problemas inter-relacionados de auto-reconhecimento e de reconhecimento pelos outros. O reconhecimento é vital para qualquer reflexividade, por exemplo, qualquer capacidade de olhar para si mesmo, para escolher suas ações e ver suas consequências, e esperar tornar-se algo mais ou algo melhor do que é. (...) Enfrentamos problemas de reconhecimento, porque discursos socialmente sustentados sobre quem pode ser avaliado como alguém “possível, apropriado ou válido” moldam a maneira como olhamos e nos constituímos, com graus variados de agonismo e tensão.¹⁹ (CALHOUN, 1994, p.20).

Ao optarmos pela via do discurso temos a intuição de que existem respostas para questões morais que são corretas independentemente de nossas preferências e crenças pessoais. Sabemos distinguir entre normas morais certas e erradas (como viver minha vida, como proceder em determinadas circunstâncias, como lidar com os outros, etc). De acordo com Habermas (1987, 1982), os indivíduos devem entrar no discurso prático trazendo consigo seus desejos e necessidades particulares. Através de condições ideais para a argumentação – livre de repressões, desigualdades e coações – os atores são chamados a refletir sobre a natureza de seus problemas. Indicando quais deles estão abertos à coletividade, inicia-se o procedimento discursivo de revisão e validação

¹⁹ Do original: “Identity turns on the interrelated problems of self-recognition and recognition by others. Recognition is vital to any reflexivity, for example, any capacity to look at oneself, to choose one’s actions and see their consequences, and to hope to make oneself something more or better than one is. (...) We face problems of recognition because socially sustained discourses about who it is possible or appropriate or valuable to be inevitably shape the way we look at and constitute ourselves, with varying degrees of agonism and tension.” (CALHOUN, 1994, p.20).

das normas de conduta tematizadas pelos parceiros comunicativos. Enfim, tal procedimento reflete o empenho de Habermas em mostrar, através da análise dos atos de fala, a racionalidade que se esconde por trás da justificação de regras morais.

Considerações Finais

As interações sociais são tidas por Habermas como comunicativas quando os participantes coordenam seus atos de fala e planos de ação de forma a alcançar um entendimento sobre algo no mundo (sendo o consenso resultante desse entendimento sempre provisório e aberto a contestações posteriores). Para Habermas, o discurso é uma forma mais elaborada e reflexiva de argumentação. Nas conversas cotidianas, problemas relativos à vida pessoal, às instituições sociais e aos relacionamentos intersubjetivos afloram de modo a permitir que os atores sociais se articulem em torno de soluções possíveis para problemas que se colocam de forma coletiva. Tal processo, segundo Habermas, se desenvolve quando os atores se engajam na ação comunicativa. Os atores retiram do mundo da vida recursos simbólicos que, através da linguagem, tomam a forma de um proferimento. Cada ator, seja ele ouvinte ou falante, possui um determinado conjunto de expectativas em relação às ações e intenções alheias. Ao observarem-se mutuamente, estando livres de quaisquer impedimentos ou ameaças, falante e ouvinte(s) podem traçar e alterar seus planos de ação de modo a evitar que as demandas de validade contidas em seus atos de fala sejam criticadas. Assim, devo regular minha conduta em função da expectativa alheia a fim de ver diminuídas as chances de ter a validade de meus argumentos contestada. A ação comunicativa favorece os indivíduos em interação, a partir do momento em que cada ator se vê compelido a observar e a entender as ações e intenções dos outros. Cada participante da interação precisa estar ciente de que a sua perspectiva, as suas necessidades, seus planos de ação e interpretações da situação são provisórias, são uma entre várias e estão sujeitas às variações impostas pela dinâmica do discurso.

Quando dialogamos, não deixamos de lado quem somos e o que desejamos. Deste modo, as necessidades emocionais e mesmo físicas se apresentam como fontes motivadoras para que os atores se engajem no processo discursivo. Principalmente se este processo tem como objetivo lidar com questões de ordem prático-moral. A diferença entre os modos de conversão diária e o discurso prático se mostra no momento em que o falante deve explicar aos outros, de modo racional, os motivos de suas atitudes, recomendações ou comandos. Mas a alternativa discursiva geralmente é tomada quando a comunicação não mais pode prosseguir em sua forma ingênua (naïve).

Ao aproximar as condições de reprodução do mundo da vida dos mecanismos no qual opera o discurso prático, tive a intenção de mostrar que os sujeitos em interação demandam reconhecimento não só da validade de seus proferimentos, mas também de seu “status” de agentes moralmente responsáveis e dotados de autonomia para justificarem racionalmente suas opções e escolhas de como gerir a própria vida. Nesse sentido, o reconhecimento da validade das normas está intrinsecamente ligado à luta por reconhecimento das identidades particulares e coletivas dos indivíduos. Uma vez que interpretamos e reconhecemos as necessidades e demandas dos

outros à luz de modelos e esquemas culturais e normativos, se as normas e valores simbólicos sofrem alterações, nosso modo de perceber e lidar com o outro também muda.

Apesar das considerações de Habermas sobre a dificuldade de se manter um processo discursivo no “oceano da prática”, o discurso se coloca como uma forma possível e necessária dentro de sociedades democráticas. Por ser uma forma de deliberação reflexiva, ele permite que os atores negociem pontos de vista e posições as mais diversas, de modo que a perspectiva do outro é sempre considerada. Neste processo de troca de interpretações e razões, 1) as identidades pessoais se fortalecem e se moldam, 2) os laços de pertencimento a uma dada comunidade ou grupo se vêem estreitados, 3) recursos culturais da tradição são atualizados pelos participantes da ação comunicativa. Os vínculos de solidariedade que surgem no desenvolvimento da integração social são necessários tanto para o prosseguimento da comunicação, da sedimentação de normas e costumes e da atualização dos mesmos, quanto para a constituição autônômica de atores que, por meio da interlocução, articulam resistências, sobrevivências e um novo imaginário político.

Referências

CALHOUN, Craig (ed). *Social Theory and the Politics of Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CHAMBERS, Simone. “Jürgen Habermas and Practical Discourse”. In: *Reasonable Democracy – Jürgen Habermas and the Politics of Discourse*. London: Cornell University Press, 1996, pp.90-105.

COOKE, Maeve. *Language and Reason – A Study of Habermas’s Pragmatics*. Cambridge: MIT Press, 1994.

FORST, Rainer. *Justificação e crítica: perspectivas de uma teoria crítica política*. São Paulo: Unesp, 2018.

HABERMAS, Jürgen. “Actions, Speech Acts, Linguistically Mediated Interactions, and the Lifeworld”. In: COOKE, Maeve (ed.). *On the Pragmatics of Communication*. Cambridge: MIT Press, 1998.

_____. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984, vol I: Reason and the Rationalization of Society.

_____. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1987, vol II: Lifeworld and System: a critique of functionalist reason.

_____. “A Reply to my Critics”. In: THOMPSON, John B., HELD, David (eds.). *Habermas: critical debates*. Cambridge: MIT Press, 1982, pp.219-283.

_____. “A Reply”. In: HONNETH, Axel & JOAS, Hans (eds.). *Communicative Action: Essays on Jürgen Habermas’s The Theory of Communicative Action*. Cambridge: MIT Press, 1991, pp.214-264.

_____. “Law as a Category of Social Mediation between Facts and Norms”. In: HABERMAS, J. *Between Facts and Norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press, 1996, pp.1-41.

_____. “Discourse Ethics: Notes on a Program of Philosophical Justification”. In: BENHABIB, Seyla & DALLMAYR, Fred (eds.). *The Communicative Ethics Controversy*. Cambridge: MIT Press, 1995, pp.60-110.

JOHNSON, James. “Habermas on Strategic and Communicative Action”. In: *Political Theory*, v.19, n°2. May 1991, pp.181-201.

KOHN, Margaret. “Language, Power, and Persuasion: Toward a Critique of Deliberative Democracy.” In: *Constellations*, v.7, n°3, 2000, pp.408-429.

MAIA, Rousiley C. Moreira. Identidade e Discurso: a inclusão do Outro, *Revista Fronteiras*, Rio Grande do Sul, v. 4, n.1, p. 115-134, 2002.

MCCARTHY, Thomas. “Foundations: a Theory of Communication”. In: _____. *The Critical Theory of Jürgen Habermas*. Cambridge: MIT Press, 1992, pp.272-357.

SOMERS, Margaret & GIBSON, Gloria. “Reclaiming the epistemological other: narrative and the social constitution of identity.” In: CALHOUN, Craig (ed). *Social Theory and the Politics of Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp.37-81.